

**SISTEMATIZAÇÃO DO PAINEL
“DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – REDUÇÃO
DAS DISPARIDADES REGIONAIS”**

Rodrigo Simões*

I – Introdução

O painel “Distribuição de Renda – Redução das Disparidades Regionais”, organizado no âmbito dos “Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro”, em comemoração dos 50 anos do BNDES e com intuito de fornecer subsídios para a atuação da instituição nos próximos anos, foi formulado tendo em vista a importância da dimensão dos desequilíbrios regionais na configuração de uma política nacional de desenvolvimento para o país.

O painel, presidido pelo Diretor de Desenvolvimento Regional do BNDES, Dr. Darlan José Dórea Santos, foi composto pelos palestrantes Prof. Dr. Wilson Cano e Prof. Dr. Clélio Campolina Diniz, pelos debatedores Profa. Dra. Tania Bacelar e Prof. Dr. Pedro Bandeira, além do Superintendente da área de Desenvolvimento Regional do BNDES, Dr. Luiz Fernando Dorneles.

Esta sistematização procura contemplar as principais dimensões apresentadas por palestrantes e debatedores no painel, sem tentar recompor os argumentos apresentados nos textos de referência. Fora esta pequena introdução, este trabalho é composto por 3 sessões, a saber: um sumário das discussões, uma apresentação das diferenças e convergências entre as posições apresentadas no debate e, por fim, um conjunto de alternativas e desdobramentos em diretrizes para ação de política econômica no âmbito geral e do BNDES.

* Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais e PROPPg/Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais.

II – Sumário

Nesta parte vamos procurar discutir, topicamente, os pontos apresentados pelos palestrantes e debatedores em suas apresentações¹.

Palestra do Prof. Wilson Cano

Nos últimos 40 anos houve uma inflexão na dimensão regional brasileira, i.e., não podemos mais pensar em pobreza e exclusão social de forma regionalizada. A despeito da diferença entre a Região Nordeste e a média brasileira de pobres ainda ser de monta – 53% e 30%, respectivamente – apenas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por exemplo, concentram-se 5,2 milhões de excluídos (10% dos pobres brasileiros), representando mais de 30% daquela população.

Desta forma, as políticas específicas setoriais, sociais e regionais devem obrigatoriamente ser compatíveis entre si, mas, mais que isto, vinculadas e subordinadas a uma Política Nacional de Desenvolvimento que abandone o modelo econômico atual, incapaz de promover o crescimento econômico e de sanar a grave crise social pela qual passamos.

Com este *parti pris* passa a contemplar a evolução da divisão inter-regional do trabalho no Brasil, iniciando pela importância da chamada Era Vargas na constituição do mercado nacional. Esta pode ser caracterizada pela reação à crise de 1929, com a valorização do mercado interno e a elevação dos fluxos comerciais inter-regionais. Frisa, como FURTADO, a importância da chamada Agricultura Itinerante – a “fronteira em movimento” –, que concomitante a uma industrialização acelerada gera um processo de crescente exclusão social pela combinação de dois elementos: i) agricultura capitalista cada vez mais voltada para o mercado externo com incentivos fiscais e ii) agricultura de subsistência cada vez mais afastada dos principais centros urbanos.

Destaca que, na segunda metade do Século XX, pela ótica das contas regionais, pode-se dizer que aconteceu uma pequena convergência das rendas médias regionais, mas esta pode e deve ser debitada mais à migração e aumento da população das regiões centrais do que a um crescimento sólido das regiões periféricas. Vale dizer, entre 1940 e 2000,

¹ Devemos atentar que os textos de referência desenvolvem mais aprofundadamente os pontos levantados, não cabendo aqui uma repetição do exposto.

a população brasileira cresceu aproximadamente 310% com a Região NE crescendo 230%, Minas Gerais apenas 164% e São Paulo mais de 500%. Mais que isto, nos anos 90 o fluxo migratório – medido pela PNAD – apresenta um retorno do processo migratório para São Paulo com um saldo migratório líquido de mais de 1,5 milhões de pessoas em relação ao NE. Destaca, também, a redução da capacidade receptora da Região Centro-Oeste e das fronteiras agrícolas do Norte do país.

Após caracterizar a evolução da concentração regional do PIB brasileiro até 1970 no estado de São Paulo, identifica um ponto de inflexão deste movimento no começo dos anos 70. Particularmente, no período de 1970 a 1985, quando São Paulo, mesmo crescendo a 8.5% anuais, passa – pela primeira vez no século XX – a crescer abaixo da média nacional (~ 9.0% anuais). Contudo, a partir dos anos 90, muda-se este cenário. Passamos a ver novamente uma reconcentração em São Paulo, tanto do produto industrial como do agrícola², contribuindo para aprofundar os desequilíbrios regionais brasileiros.

As políticas compensatórias em âmbito governamental, que poderiam tentar mitigar estes problemas, ficam enfraquecidas face à sistemática quebra das finanças públicas brasileiras pós-1985, processo só aprofundado pela abertura comercial dos Anos 90. Estas impediram qualquer ação em direção a uma política nacional de desenvolvimento. Segundo o autor, o que aconteceu foi uma política de “(...) liberalidade insana no controle dos fluxos cambiais e financeiros que levou à destruição do Estado Nacional”, sendo este substituído por outros recortes espaciais – macrorregiões, microrregiões, local, *clusters*, cidades, consórcios etc – supostamente “competitivos” em nível global, vinculados por excelência a um *drive* exportador e panacéia das políticas de competitividade territorial, adequadas, se tanto, aos países centrais. No Brasil, seu resultado mais evidente é o aprofundamento da fragmentação do espaço nacional, contribuindo para o enfraquecimento do mercado nacional, iniciado na Era Vargas.

Desta caracterização parte-se para o desenho inicial de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento Econômico, que tem como premissa a constatação de que o Brasil tem que partir para a criação de um mercado interno de massa e a racionalização do uso de sua mercadoria mais es-

² Face à elevação da produtividade causada pela introdução massiva e crescente de progresso técnico no campo.

cassa, hoje e historicamente: as divisas. Nesta Agenda, alguns aspectos devem ser destacados:

- a) necessidade de uma redistribuição de renda e de ativos;
- b) necessidade de uma preocupação ambiental;
- c) necessidade da recuperação da ossatura burocrática-administrativa³ do estado brasileiro e principalmente dos instrumentos de política econômica a nível nacional e regional.

A apresentação no Painel encerrou-se neste ponto, sem aprofundar os elementos mais gerais do novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, presente no texto de referência, mas frisando a principal dimensão para a construção deste projeto: a ênfase na criação de um mercado interno de massa no país.

Palestra do Professor Clélio Campolina

Antes da apresentação de seu texto de referência, o Prof. Campolina frisou sua concordância literal com a apresentação do Prof. Cano quanto à necessidade de se construir uma Política Nacional de Desenvolvimento, e a ela vincular-se uma Política de Desenvolvimento Regional. Contudo, acredita que há espaço para alguma especificação do que deveria ser esta segunda.

A apresentação foi iniciada recuperando historicamente o debate teórico sobre a problemática territorial, destacando três principais correntes, a saber:

- a) a escola americana com ênfase na localização e nos transportes;
- b) a escola francesa, preocupada com os desequilíbrios regionais e a polarização econômica;
- c) a escola latino-americana da CEPAL, preocupada com o subdesenvolvimento da região, oriundo de sua forma de inserção no mercado internacional. Esta cria os conceitos de centro e Periferia e defende a industrialização como saída.

³ Neste ponto frisa a necessidade de recriação das agências regionais de desenvolvimento (SUDENE, SUDAM) à luz da experiência passada, procurando não repetir seus erros mas valorizando o corpo técnico de excelente qualidade e o estoque de estudos e diagnósticos (regionais, setoriais, mapeamento mineral etc) já existentes.

As políticas regionais derivadas destas concepções teóricas, principalmente da escola francesa com as abordagens de gestão do território e desenvolvimento regional, tiveram ampla aplicação nos países europeus e mesmo em regiões dos USA. No pós II Guerra, este processo generalizou-se pelos países americanos, desembarcando na criação de instituições e políticas específicas voltadas ao desenvolvimento regional. No Brasil, várias foram as instituições criadas neste processo: CVSF, CHESF, BNB, BASA, bancos estaduais de desenvolvimento, superintendências regionais, dentre outros.

A partir do final dos anos 60, contudo, a avaliação dos resultados e da atuação destas instituições e políticas específicas gerou aquilo que pode ser caracterizado por uma crise do planejamento regional tradicional. A partir disto, alguns trabalhos de reconstrução teórica e instrumental vêm sendo realizados, a saber⁴:

- a) modelos de retornos crescentes (Henderson, Krugman, Venables, Fujita, Kubo);
- b) modelos regionais de insumo-produto, utilizando *Computable General Equilibrium* (Isard, Hewings);
- c) modelos de crescimento endógeno e convergência de renda (Romer, Sala-i-Martin);
- d) modelos institucionalistas (Hodgson);
- e) modelos de desenvolvimento local com ênfase em instituições locais e sociedade civil (Putnam), cultura local e *embeddedness* (Granoveter), ativos relacionais e interdependências não comercializáveis (Storper), aprendizado coletivo (Keeble);
- f) sistemas locais de inovação e sistemas produtivos locais (Schmidt e outros).

Do ponto de vista empírico, atualmente, destaca-se a experiência da União Européia, que, partindo-se de diagnósticos a respeito do nível de desenvolvimento de cada região (renda média e estoque de infra-estrutura física e social), procura alcançar o objetivo geral de maior coesão socioeconômica, por intermédio de um conjunto de políticas regionais e criação de fundos especiais, com destaque para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

⁴ Ver todas as citações bibliográficas, a seguir indicadas, no texto de Clélio Campolina.

Outra dimensão importante da discussão teórica atual diz respeito à questão da globalização e das escalas territoriais. O autor discute estes temas, enfatizando tanto a chamada “compressão da relação tempo x espaço” quanto a relação entre dois *trade-offs* fundamentais, i) mobilidade do capital x rigidez do ambiente construído, e ii) hiperescala da acumulação de capital x hipoescala do território.

Neste processo, ressalta que, sem a mediação do Estado, as forças de mercado fazem com que a escala local vincule-se diretamente à escala global, sem participação da escala nacional. Afirma que é preciso recuperar a capacidade de regulação do Estado-Nação, sem que seja desejável enfraquecer as iniciativas locais.

Concluindo a recuperação teórica, destaca também o importante papel das inovações e da chamada “economia da proximidade” no desenvolvimento regional, frisando ainda: i) a irreprodutibilidade das experiências face às diferentes condições históricas, culturais, sociais e políticas, e 2) a necessidade de se pensar a região como parte de uma economia nacional.

Analisando o espaço regional brasileiro, inicia destacando a constituição das bases para o desenvolvimento urbano-industrial no Brasil e a embrionária formação do mercado nacional integrado, a partir da década de 1930. Frisa o ano de 1970 como um marco no processo de (des)concentração regional da atividade produtiva brasileira, sendo São Paulo responsável por 58% da produção industrial e 39% do PIB do país. A partir disto, apresenta uma discussão acerca da configuração e evolução dos indicadores sociais brasileiros até os tempos atuais, mostrando que a pobreza é ubíqua. Do ponto de vista da rede urbana, destaca a alta concentração da população em cidades com mais de 100 mil habitantes (202 municípios), a existência de 16 conurbações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes no ano de 2000 e a inexistência de um sistema de cidades médias que servisse como anteparo migratório; o que, por sua vez, caracteriza uma pobreza metropolitana generalizada.

Passando para a análise do ensaio de desconcentração pós 1970, o autor destaca que, entre os anos de 1970 e 2000, MG, PR, RS, SC e interior de SP ampliaram sua participação na produção industrial brasileira (33% em 1970 contra 50% em 2000), caracterizando a posição subordinada do Norte-Nordeste em relação ao Sul/Sudeste e seu centro de comando, a RMSP. No Nordeste, pode-se destacar a instalação de indústrias leves de bens de consumo com baixas externalidades em termos de adensamento da cadeia e características locais de *foot-loose industries*, i.e., com pequenos impac-

tos intra-regionais⁵. As decisões locacionais são baseadas em incentivos fiscais e aproveitamento de mão-de-obra pouco qualificada com baixos salários, caracterizando uma pequena capacidade de indução de efeitos aglomerativos.

Por sua vez, do ponto de vista da produção agropecuária destacam-se três movimentos simultâneos:

- 1) deslocamento da produção agropecuária extensiva;
- 2) intensificação produtiva nas regiões mais desenvolvidas; e
- 3) crescimento nas áreas irrigadas da Região Nordeste.

Finalizando a parte de diagnóstico, o autor destaca três transformações que vêm acontecendo na economia contemporânea com diferentes impactos regionais no país, a saber:

- a) abertura externa e MERCOSUL: há que avaliar regionalmente os diferentes impactos. Por exemplo, entre 1980 e 2001, o Nordeste brasileiro perdeu participação relativa nas exportações do país, passando de 12% para somente 7%;
- b) infra-estrutura, privatização e papel do Estado: deve-se reforçar que capital social básico é papel precípua do Estado e que o processo de privatização ocorrido no Brasil – seja por problemas fiscais, seja por opções ideológicas – deixou as regiões mais atrasadas entregues à própria sorte. Mais que isto, destaca-se que o setor privado interessa-se pelo que é mais rentável, não procurando regiões pobres ou vazios econômicos, contribuindo para o aumento do fosso na infra-estrutura e nas desigualdades regionais;
- c) mudanças tecnológicas e reestruturação produtiva: tendência à reconcentração produtiva regional no Brasil face à importância da infra-estrutura universitária e de instituições de pesquisa da região Sudeste, ou seja, a concentração regional brasileira da chamada “sociedade do conhecimento”.

Antes de enumerar os pontos centrais para a estruturação de uma política de desenvolvimento regional e do papel do BNDES neste processo, o autor destaca que, do ponto de vista da atuação governamental na área regional na última década, a única iniciativa foi o estudo do Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Este procurou estabelecer diretrizes de desenvolvimento diferenciado para as diversas re-

⁵ As exceções seriam o Pólo Petroquímico de Camaçari, a Ford e os complexos portuários.

giões brasileiras, de forma a se criar efeitos complementares entre infraestrutura física e social e atividades produtivas. Na avaliação dos resultados deste estudo, várias críticas foram apresentadas:

- a) não foi levada em consideração a dimensão teórica fundamental da estruturação do espaço regional, a saber, a dimensão urbana. Mais que isto, frisa que são necessárias diretrizes de integração urbana entre os eixos, respeitando suas áreas de influência e seus espaços polarizados;
- b) avalia que há um viés excessivamente exportador na construção dos eixos, voltado para o Atlântico e de costas para a América Latina e para o mercado interno;
- c) avalia que deve ser formulada uma estratégia de arbitragem pelo Estado de projetos, que em sua concepção são concorrentes;
- d) por fim, afirma que as orientações contidas no estudo podem vir a aprofundar a concentração regional brasileira.

Quanto às orientações para uma política de desenvolvimento regional, os principais pontos destacados são:

- a) retomada do planejamento nacional;
- b) estabelecimento de uma nova regionalização para fins de planejamento, estabelecendo as diferentes escalas de atuação para a política regional;
- c) centralização, em um Fundo Único de Desenvolvimento Regional, dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento regional;
- d) eliminação da Guerra Fiscal, com atuação reguladora do Governo Federal;
- e) políticas tecnológicas regionalizadas em consonância com as especificidades regionais;
- f) política urbana em articulação com instrumentos regionais;
- g) preservação ambiental; e
- h) ênfase na integração nacional e com a América do Sul.

Intervenção da professora Tania Bacelar

Constata que os textos de referência são complementares e que sua intervenção será pautada pelas respostas que os autores deram às perguntas gerais do Termo de Referência.

Concorda com a visão que a questão regional brasileira mudou e que, atualmente, é diferente dos anos 50, quando FURTADO discutia

os impactos regionais do Plano de Metas, i.e., para transformar rapidamente, como era o objetivo do Plano, o Brasil numa economia industrial, havia que se fazer má industrialização em detrimento da Região Nordeste. Hoje é diferente e a crise pós 1980 gerou um problema social que não é apenas nordestino, pelo contrário, mesmo no núcleo central da economia brasileira a exclusão social é a tônica. Como exemplo cita que há “(...) um Recife inteiro de desempregados – desemprego aberto – dentro de São Paulo”. A questão regional brasileira continua tendo no Nordeste um foco específico, mas hoje o problema é generalizado.

Também concorda que não se pode pensar em políticas regionais sem políticas nacionais de desenvolvimento. Destaca a necessidade de um novo projeto nacional: um país menos desigual social e regionalmente, com necessidade de redistribuição de rendas e ativos estratégicos, sendo dois os principais, terra e conhecimento.

Avalia também, como o Prof.Cano, que as restrições externas pelas quais o Brasil vem passando são possibilidades de mudança. Vale dizer, em momentos de crise externa, a elite brasileira, historicamente, volta-se para a principal potencialidade do país, o mercado interno de massa, não havendo uma dicotomia entre mercado interno e exportação, e sim a necessidade de se combinar as duas dimensões.

Concorda com o Prof.Campolina – na discussão das tendências teóricas recentes – quando este evidencia a relação globalização x escalas territoriais. Principalmente a importância da discussão sobre a valorização da escala local e sua integração com a escala global, e o questionamento da escala nacional pelos grandes agentes financeiros do capital internacional. Acredita que o Brasil precisa valorizar a escala nacional se pretendemos construir um país, basicamente, sem submeter-se à lógica da acumulação do capital financeiro internacional. Contudo, vê também a necessidade de se trabalhar com múltiplas escalas vinculadas a uma lógica e um projeto de nação.

A partir daqui, destaca a urgência de se combinar o aumento das exportações com o crescimento do mercado interno, mas de um ponto de vista específico destaca:

- 1) a proposta de uma Política Nacional de Desenvolvimento regional levando em consideração a diversidade brasileira, que não pode ser encarada como problema e sim como potencialidade;
- 2) a necessidade de políticas específicas suplementares para algumas regiões (semi-árido nordestino, sul do RS, etc.) que não terão seus impasses equacionados na formatação de políticas nacionais;

- 3) a crítica à proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento por não incorporarem a dimensão do urbano como estruturante do espaço regional e por regionalizar as políticas de forma equivocada;
- 4) a importância dos instrumentos clássicos de políticas regionais – ainda utilizados mundo afora, tais como incentivos fiscais, infraestrutura pública, etc. – no equacionamento dos desequilíbrios regionais brasileiros. É imprescindível pensar em novos instrumentos para novas questões, mas o Brasil ainda tem profundas questões “antigas” para resolver.

Intervenção do professor Pedro Bandeira

Destaca em sua intervenção uma especificação necessária de políticas territoriais a nível federal. Estas devem ter seus focos centrais em 4 pontos:

- 1) fortalecimento da coesão econômica, social e territorial brasileira, com a equidade sendo a principal meta;
- 2) promoção da competitividade sistêmica em grande parte em nível local, pois é inviável sustentar indefinidamente incentivos regionais;
- 3) mobilização do potencial endógeno das regiões, valorizando o poder local;
- 4) integração continental.

Os desafios para esta construção seriam:

- 1) criação de uma nova referência territorial pois as macrorregiões não parecem ser, atualmente, escala apropriada de atuação;
- 2) incorporação sistêmica da sociedade civil;
- 3) integração de diferentes atores sociais, públicos e privados;
- 4) revitalizar o planejamento em escala metropolitana para garantir funcionalidade econômica;
- 5) reavaliar papéis institucionais e criar novos instrumentos de política econômica;
- 6) criar critérios de elegibilidade para usufruto de incentivos presentes em políticas regionais de desenvolvimento.

Destaca também a necessidade de se trabalhar com múltiplas escalas territoriais a serem constituídas institucionalmente, face à necessidade de representatividade política que garanta interlocução e relevância identificada pelos atores políticos locais.

Por fim, discute a importância da transparência no modelo de gestão do território, permitindo a incorporação de novos atores na discussão gerando procedimentos de sociabilização das decisões, tais como exigência de audiências públicas, disponibilização de documentos de referência, representatividade descentralizada, etc. Frisa ainda que estes procedimentos não são apenas para evitar corrupção, mas também para aumentar a eficiência e calibrar as ações. O modelo de gestão – muito baseado em conselhos de desenvolvimento – não devem contar apenas com técnicos e políticos, mas também com representantes da sociedade civil.

Intervenção do Dr. Fernando Dorneles

Destaca a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento como pano de fundo para políticas regionais específicas, mas ressalta a limitação do âmbito de atuação do BNDES, que, se é participante ativo do debate das políticas nacionais brasileiras, possui poucos instrumentos de atuação específica em âmbito regional.

Dentre as ações, frisou a atuação do BNDES:

- 1) no financiamento de infra-estrutura física, social e cultural nas macrorregiões menos desenvolvidas (NO, NE, CO);
- 2) na expansão do crédito para o agronegócio;
- 3) no desenvolvimento de instrumentos de crédito popular;
- 4) na expansão do crédito para os chamados arranjos produtivos locais;
- 5) na configuração das políticas relacionadas à atuação nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

III – Avaliação das propostas discutidas

Tal como dito anteriormente, parece não haver grandes discordâncias entre os participantes do painel. Podemos destacar os principais pontos de concordância na discussão:

- 1) entendimento que uma política de desenvolvimento regional para o Brasil deve, necessariamente, estar vinculada à mudança do modelo econômico atual e ao estabelecimento de uma Política Nacional de Desenvolvimento;
- 2) a despeito da discussão nacional dos problemas da desigualdade, é necessário trabalhar com múltiplas escalas territoriais afeitas às di-

ferentes dimensões da realidade brasileira e definidas (organizadas) conforme o objetivo ou situação problema. Complementarmente, é necessário se pensar em uma nova espacialização para as políticas regionais, assegurando a criação de institucionalidade e fiscalidade das novas escalas territoriais de atuação, para fins de elegibilidade no usufruto de políticas de integração;

- 3) crítica contundente à chamada “Guerra Fiscal” entre as unidades federativas e, principalmente, à inoperância do governo federal em criar mecanismos regulatórios que impeçam tal procedimento danoso ao erário, concentrador de renda e desregulador dos preços relativos;
- 4) entendimento que políticas sociais no Brasil devem ser universais, porém sua implementação deve considerar as especificidades e necessidades locais;
- 5) destaque da importância do aumento do mercado interno e da necessidade de integração continental com a América Latina para se posicionar frente à globalização;
- 6) condenação da extinção das agências de desenvolvimento regional.

No tocante às divergências podemos destacar, especificamente, a ênfase, não compartilhada pelos demais participantes, dada pelo Prof. Cano, na crítica à “ideologia do poder local”. Para este, o destaque atual dado às instituições e agentes locais advém da importância histórica desta dimensão no continente europeu, realçadas pela União Européia em seu conjunto de políticas de integração. O poder local na Europa tem uma dimensão diferente do que significa para os países subdesenvolvidos. A busca da União Européia é a “equalização não apenas social mas principalmente política do continente e para isto é absolutamente essencial e imprescindível enfraquecer os Estados Nacionais. Para os países subdesenvolvidos a busca deve ser outra, vale dizer, reconstruir os Estados Nacionais pois “(...) não temos nenhuma União Européia para tomar conta de nós”. Mais que isto, as escalas sub-nacionais na periferia não possuem a fiscalidade necessária a uma atuação que vise mitigar desequilíbrios regionais da magnitude dos do Brasil. Os demais participantes, apesar de destacarem a centralidade da escala nacional, reafirmam a importância do poder local, principalmente no que se refere ao papel das instituições locais e regionais na identificação de especificidades e potencialidades setoriais. Mais que isto, a atuação na escala local garantiria a representatividade política, com maior engajamento da sociedade civil.

Diretrizes para o BNDES

Como lembrou a Profa. Tania, o BNDES pode ser considerado, em toda a sua existência, um agente de mudanças: foi o principal agente da industrialização brasileira e o principal agente do processo de privatização. Se queremos mudanças para o país, o BNDES pode e deve voltar a assumir uma posição de liderança neste processo.

Aqui, relacionamos as principais indicações para a atuação do BNDES em desenvolvimento regional:

- 1) ter ação ativa, como articulador, entre as várias instâncias de atuação em política regional no país, face à sua excelência técnica e capacidade institucional. Como primeiro foco de atuação, ter participação ativa na formatação dos novos modelos das Agências Nacionais de Desenvolvimento Regional;
- 2) aprofundar o processo de realização de diagnósticos dos problemas e potencialidades regionais brasileiras, sendo o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento uma excelente contribuição para a discussão de um projeto nacional. Contudo, foi extremamente salientada a necessidade de uma avaliação consistente da concepção e operação dos eixos, frente ao novo modelo de desenvolvimento que o país requer;
- 3) necessidade de conquistar maior capilaridade na atuação do Banco junto às Unidades Federativas e regiões específicas. Entende-se que seria desejável o estabelecimento de parcerias institucionais (bancos estaduais de desenvolvimento, conselhos regionais de desenvolvimento, etc.) para gerenciamento e avaliação de gastos em financiamentos, mas, principalmente, para identificação de potenciais receptores de crédito, levando-se em conta as capacidades e potencialidades locais. Acredita-se que a descentralização da atuação pode vir a ser produtiva neste processo;
- 4) há uma confluência de posições, o que indica claramente que a dimensão do crédito – mesmo que subsidiado – não é o suficiente para o equacionamento da magnitude da exclusão social e regional brasileira. Apesar disso, o papel do BNDES na concessão de financiamento é estratégica. Foram apontadas algumas prioridades, a saber:
 - a) infra-estrutura física pública, basicamente saneamento e rede de transportes;

- b) exportações e substituição de importações, tomadas como fomento ao setor externo, vinculado a um novo modelo de desenvolvimento;
- c) projetos de sustentabilidade econômico-ambiental em áreas específicas;
- 5) por fim, a atuação do banco no apoio aos chamados Arranjos Produtivos Locais (*clusters*, distritos, consórcios etc.) parece ser consensual. Mesmo com discordâncias a respeito da importância do chamado poder local, o apoio a arranjos produtivos – principalmente de pequenas e médias empresas – apresenta-se como um grande foco potencial de atuação imediata do BNDES. Esta atuação deve ocorrer não apenas na concessão de crédito e financiamento – subsidiado ou não – mas também e principalmente: i) no apoio à qualificação produtiva e gerencial; ii) na formulação de estratégias competitivas e de inserção comercial – interna e externa; e iii) promoção da mobilização de recursos locais em torno de projetos de desenvolvimento local. Cabe ressaltar, contudo, que estes não podem ser vistos como panacéia para a resolução dos problemas sociais e regionais brasileiros. A necessidade de uma política nacional de desenvolvimento, e especificamente de uma política de desenvolvimento regional para o Brasil, não pode prescindir de uma atuação mais geral do governo federal e do próprio BNDES. Esta deve compreender desde um novo ordenamento territorial até políticas regionais de inserção (integração) e políticas de promoção de adensamentos regionais de cadeias produtivas.